

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CURSO DE ESTRATEGIA E GESTÃO EMPRESARIAL

GEOVANI LEITE SALES

ESTRATEGIAS DE SEGURANÇA DA INDÚSTRIA GELESA.

FORTALEZA-CE

JULHO – 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pro Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Faculdade de Administração – Centro de Treinamento e Desenvolvimento

Geovani Leite Sales

Estratégias de Segurança da Indústria Gelesa.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Estratégia e Gestão Empresarial para obtenção do título de especialista, da Universidade Federal do Ceará – UFC – Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE. Sob a orientação do Professor, Doutor Fernando Xavier.

Fortaleza-Ceará

2006

Geovani Leite Sales

Estratégias de Segurança da Indústria Gelesa.

Esta monografia foi submetida à coordenação do curso de Estratégia e Gestão Empresarial como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista em Estratégia e Gestão Empresarial, outorgado pela da Universidade Federal do Ceará – UFC, Pro Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Faculdade de Administração, no Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Fernando Xavier

Geovani Leite Sales

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a DEUS em primeiro lugar, que me deu vida, saúde, inteligência, coragem, superação e perseverança, e que me dá forças para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Aos meus pais Raimundo Leite e Necy Sales, aos meus filhos, Bernard Grazianne e Geovani Filho, a todos os Mestres, Doutores, Coordenadores e colegas de sala.

A importantíssima contribuição da professora e minha amada, Neide Barbosa.

E principalmente a minha pessoa, por acreditar e ter a certeza que tudo é possível, desde que se enfrente a realidade e os desafios de frente.

**“Esquecemos o que
ouvimos, lembramos o
que vemos e aprendemos
o que o fazemos”.**
(Confúcio)

**“Não sabendo que era
impossível, ele foi lá e fez”**
(Jean Cocteau)

RESUMO

A GELESA S/A foi fundada na década de 80, em Fortaleza, por Geovani Leite Sales, empresário, de família oriunda do estado do Ceará que de forma arrojada deu início ao Grupo Gelesa. Foi em 1981 que fez a primeira aquisição, arrematando a empresa LEITE, dos fortes empresários que não iam bem de negócios, que se transformaria mais tarde no Grupo forte na área de segurança privada. GELESA, nome dado ao presidente e proprietário, que significa **Geovani Leite Sales**. A GELESA passou a atuar de forma vanguardista no estado do Ceará. A finalidade de lançar-se fortemente no mercado de segurança privada, deu-se de forma ordenada. Este trabalho foi desenvolvido por **Geovani Leite Sales**, em linhas gerais sobre a atuação, política e estratégias para abordagem do tema "Segurança Patrimonial/Segurança Empresarial", com o intuito de definir pontos básicos e fundamentais para onde seguirão todos os investimentos e demais materiais normativos da empresa no que concerne ao tema. Estratégia e Política de Segurança, de maneira prática, estaremos abordando a melhor alternativa para direcionar a forma de atuação da Política de Segurança. Por tratar-se de um material organizacional e estratégico, suas normas traçam apenas linhas gerais sobre responsabilidades e forma de atuação. O planejamento é de nossa responsabilidade, onde se contempla o Grupo GELESA S.A. O objetivo principal deste planejamento é fornecer parâmetros, suficientes e necessários a uma macro visão de funcionamento de segurança no GELESA S.A. Tem como objetivo também, indicar a estrutura mínima necessária para garantir a segurança do nosso negócio. Portanto, buscará caracterizar o processo de definição, estratégica dos Sistemas Integrados de Segurança (SIS), em soluções estratégicas que caracterizam a intensidade necessária dos recursos humanos, tecnológicos e organizacionais para fazer frente ao grau de risco da instituição.

SUMÁRIO

Resumo, 6

Introdução, 8

Cap. I – Segurança Privada, 10

1. Segurança Empresarial, 12
2. Os riscos em segurança, 13
3. Os sete princípios básicos de segurança, 14

Cap. II – Organização dos locais para o serviço de segurança, 18

1. Portaria, 18
2. Abertura e fechamento de portões, 18
3. Controle de entrada e saída de pessoas autorizadas, 19
4. Empregados da empresa, 19
5. Identificação dos empregados no interior da empresa, 20
6. Revistas em pastas, sacolas, pacotes e similares, 20
7. Revista pessoal, 21
8. Controle de veículos, motoristas, acompanhantes e cargas, 21
9. Execução da segurança empresarial a noite, 25
10. Precações na portaria, 26
11. Precações na ronda interna, 27
12. Precações na ronda perimetral, 27
13. Precações no caso de vigilante em apoio a portaria, 27
14. Normas para situações de emergência, 28

Cap. III – Controle de acesso, 31

1. Meios existentes, 31
2. Controle de acesso de materiais, 33
3. Controle de acesso de mercadorias, 33

Cap. IV – Auditoria na segurança, 35

1. Auditoria externa, 38
2. Auditoria interna, 39
3. Levantamento de fraudes, 40

Cap. V – Manual de procedimentos de segurança, 42

1. Segurança ostensiva, 42
2. Como efetuar a segurança velada, 42
3. Como obter o perfil padrão do vigilante, 44
4. Dicas que auxiliam no combate a assaltos e seqüestros, 45
5. Regras de como proceder no local de trabalho e em casa, 47
6. Regras de como proceder em ambientes sociais, 48
7. Regras de como proceder diante de refém ou como refém, 48
8. Providencias a serem adotadas em relação aos filhos, 48
9. Dicas de segurança no transito, 49
10. Conclusão, 53.

INTRODUÇÃO

Historicamente a implantação e desenvolvimento da vigilância privada no Brasil, vêm desde o final da década de 60, parece confirmar o pessimismo de vários autores, quanto às vantagens trazidas pelo crescimento da indústria de segurança, e quanto à garantia de manutenção do monopólio regulatório nas mãos do Estado. Oficialmente, os serviços particulares de vigilância e guarda surgiram em 1969, através de determinação federal que obriga as instituições financeiras a contratá-los, sob pena de interdição pelo Banco Central (hoje competência da Polícia Federal), com o objetivo específico de reprimir assaltos praticados por grupos subversivos. Daí em diante, sem vínculo direto com esse contexto político, a indústria se expandiu rapidamente nos grandes centros urbanos, transbordando a esfera da vigilância bancária.

De meados dos anos 70 ao início dos 80, as empresas de segurança, constituem-se um problema para as autoridades e assunto freqüente das páginas policiais, com notícias de fechamento de firmas por não cumprimento da legislação:

- Denúncias de envolvimento criminoso de guardas particulares;
- Advertências sobre o baixo nível sócio educacional dos trabalhadores empregados pelo setor;
- Apreensões ante o crescimento de uma força paralela, armada e precariamente treinada, usurpando funções públicas;
- Alerta sobre a multiplicação de empresas clandestina, recrutando policiais da ativa;
- Vigilantes demitidos de empresas regulares ou reprovados nos exames da academia de polícia; e.
- Pessoas sem qualquer qualificação e sem alternativa de inserção no mercado de trabalho.

Segundo Brasileiro (1999), a portaria 992 de 25/10/1995, amplia o campo de atividade, do que se convencionou se chamar segurança privada, incluindo entre outras, a escolta armada de cargas valiosas e escolta pessoal de executivos e ainda regulamenta a formação dos vigilantes, bem como sua reciclagem e o funcionamento das empresas prestadoras de serviços.

Na realidade o crescimento da mão de obra tem sido quase que natural em função do crescimento do mercado de trabalho e da mudança da jornada de trabalho. Em maio de 1996 como resultado das negociações do sindicato das empresas de segurança, os vigilantes tiveram garantida uma jornada de 12X36, ou seja, o vigilante trabalha 12 horas e descansa teoricamente 36 horas. Com essa nova jornada o número de empregos quase dobrou, pois o custo da hora extra, teve forte impacto no preço do serviço, que aumentou significativamente e direcionou o mercado a adotar a escala 12X36. Por outro lado o vigilante que não recebe mais horas extra teve uma baixa no seu salário de 45%, considerando que o piso salarial da classe, a partir de maio em São Paulo era de R\$ 441,09. Brasileiro (1999 p.31).

A realidade brasileira atual se encontra em uma fase de transição e em um grande momento, tendo em vista que busca mudar o paradigma da segurança privada brasileira, a integração da mão de obra com a tecnologia, é o grande desafio de quem planeja ter um sistema de segurança contemporâneo e isto significa mudar de forma radical uma cultura de segurança.

O objetivo desse trabalho é mostrar o sistema de segurança do Grupo GELESA S/A, e dar outros subsídios para quem desejar implantar em sua organização um sistema moderno e eficaz.

CAPÍTULO I

SEGURANÇA PRIVADA

O passo decisivo para o verdadeiro nascimento da segurança privada no Brasil teve como elemento catalisador os turbulentos anos de 1968 e início dos anos 70. Nessa época o Brasil vivia um clima tenso com o regime militar combatendo a esquerda e seus atos radicais de seqüestro e assaltos a banco. Estes últimos tinham aumentado consideravelmente, pois a esquerda tinha como objetivo financiar suas causas.

Além disso, os bancos eram os grandes consumidores de mão de obra de segurança, pois não dispunham de nenhum sistema seguro e eficiente, que pudesse antepor-se aos bandidos.

A Polícia, impossibilitada de dar assistência, estimulou os bancos a criarem sua própria guarda armada e determinou que toda agência tivesse pelo menos dois guardas privados e armados, com o objetivo de inibir e reagir aos assaltos. A área bancária, sem meios próprios para desenvolver a atividade de segurança, optou por terceirizar tal serviço. Foi a partir daí (1969) que surgiu oficialmente a segurança privada no Brasil, como uma atividade oficial e regulamentada.

É necessário ressaltar que inicialmente apenas os bancos foram incluídos. Obrigou-se a instalação de cabinas blindadas, com alarme conectado a Polícia e ligado ao gabinete do Secretário da Segurança Pública, onde ficava a Comissão Técnico-Executiva dos Estabelecimentos de Crédito.

As empresas de vigilância foram, então, criadas com o único objetivo de fornecer mão-de-obra para as agências bancárias. Neste período não se exigia uma formação mínima, e nem estipulava quem poderia fornecer o quê e como. Dentro deste

contexto, várias empresas proliferaram, crescendo de forma assustadora e sem nenhuma estrutura técnico-operacional.

Ainda hoje as principais e maiores empresas de vigilância do Brasil são as que tiveram sua origem na década de 70, aproveitando este nicho mercadológico.

O conceito da segurança, imposto, deixava uma clara distorção da realidade empresarial. A mão-de-obra era extremamente barata e desqualificada para exercer a função de segurança.

A legislação brasileira, porém, evoluiu regulamentando as normas e o exercício das atividades de segurança privada. Entretanto, somente em 1983, quase quinze anos após a obrigatoriedade da implantação dos vigilantes, é que a União, por imperiosidade constitucional, elaborou e promulgaram a Lei 7.102, de 20/6/83, estabelecendo os fundamentos da Segurança Privada, sua organicidade e as exigências a serem cumpridas pelos que desejassem explorar tal atividade profissional. Coube ao Ministério da Justiça, através do Departamento Federal de Segurança Pública, regulamentar tal lei, o que foi feito por meio de Portarias diversas, na medida em que a realidade social assim o exigiu.

Assim, a portaria de nº. 992, de 25/10/95, amplia o campo de atividade do que se convencionou chamar Segurança Privada, incluindo, entre outras, a escolta armada de cargas valiosas e a escolta pessoal de executivos. A legislação regulamenta também a formação dos vigilantes, bem como sua reciclagem e o funcionamento das empresas prestadoras de serviço.

Por força da lei, o homem de segurança, o vigilante, é um paramilitar, ou seja, é responsável por agir nas situações de contingências, com a obrigatoriedade de salvaguardar o patrimônio da organização.

Dentro deste novo cenário, o mercado brasileiro começou, ainda que de forma tímida, a questionar certos paradigmas da funcionalidade e eficácia do homem de segurança.

Na década de 90, com a estabilização da nossa moeda, com a perda do giro financeiro, o consumidor dos serviços de segurança questiona de forma direta e incontestemente a viabilidade financeira de um projeto de segurança. A mão-de-obra ficou extremamente cara e sua eficácia também é questionada. Os departamentos internos da segurança estão, hoje, sobre uma pressão grande, buscando soluções economicamente viáveis. Além disso, há sempre, por parte do empresariado, a pergunta básica sobre a competência técnico-profissional do vigilante, no que tange à busca da solução integral.

O mercado de vigilância, prestação do serviço de segurança privada, movimenta uma cifra considerada ainda alta na prestação de serviço, cerca de R\$ 4,5 bilhões, dos quais São Paulo é responsável por R\$ 1 bilhão. A atividade tem acompanhado o crescimento do nosso PIB (Produto Interno Bruto), estimado em 3,5% (dados de 1996, em 1997). Brasiliano (1999 p.31)

O mercado consumidor tem optado também pela utilização direta de policias, civis e militares, empregados nas suas horas de folga. Este aproveitamento é plenamente justificado pela formação, qualificação e, principalmente, pela experiência de rua acumulada durante anos, aprendendo a reconhecer as suas contingências. O reforço deste segundo contingente tem ainda outra premissa básica: a má remuneração da força policial, o que os obriga a procurar outra fonte de rendimentos.

Segundo Brasiliano (1999), se considera que as empresas de serviço de vigilância clandestinas, somente no Estado de São Paulo, são em torno de 300, enquanto que as regulamentadas são em torno de 286. O efetivo hoje do contingente da segurança

privada, no Estado de São Paulo, está em torno de 220 mil homens, sendo 120 mil vigilantes regulares e 100 mil irregulares.

Os setores que mais consomem a segurança privada são os bancos e as indústrias. O crescimento da criminalidade e a ineficiência dos órgãos públicos fazem deste setor um dos mais promissores e emergentes do Brasil.

SEGURANÇA EMPRESARIAL

Segurança Empresarial segundo Brasileiro (1999), abrange a totalidade da empresa e conseqüentemente, tem como segmentos de atuação: a proteção física de pessoas e materiais; a preservação de elementos patrimoniais; o combate a incêndios; a preservação da confiabilidade de ativos tangíveis e intangíveis.

A consciência da necessidade da segurança vem aos poucos sendo despertada em todos nós. Cada vez mais as empresas brasileiras investem efetivamente em projetos de segurança.

Os profissionais que atuam na área por sua vez sentem-se forçados a se prepararem não apenas nas práticas de segurança, mas acadêmica e cientificamente.

Atualmente a segurança empresarial tem um vulto maior em termos de aplicabilidade tendo em vista que precisa ter o conhecimento preciso de sua situação em termos de riscos e sua real relação custo x benefício tendo assim, condições de investimentos seguros.

A missão da segurança empresarial pode ser caracterizada como prover sintonia aos ativos tangíveis e intangíveis organizacionais, quanto a eficácia dos resultados e da eficiência dos processos, para alcance da qualidade total das linhas de negócios empresariais. Gil (1995, p.12). Chamamos de SEGURANÇA PATRIMONIAL: o

emprego diuturno e sistemático do conjunto de medidas técnicas visando salvaguardar os bens patrimoniais físicos ou não da empresa. Iponema (1989, p.13)

OS RISCOS EM SEGURANÇA

- Invasão da área física: por pessoa, por veículo ou por coisas estranhas;
- Retirada indevida: de materiais, de valores, de documentos etc.;
- Espionagem empresarial;
- Vandalismo interno;
- Furto e Roubo;
- Apropriação indébita;
- Seqüestro;
- Sabotagens físicas ou psicológicas;
- Greves;
- Falta de energia elétrica;
- Falta de água industrial;
- Incêndios;
- Lesões corporais e rixas;
- Homicídios

OS SETE PRINCÍPIOS BÁSICOS DA SEGURANÇA

Entende-se por princípio a base onde se assentam todos os conhecimentos sobre Segurança. Caso falte um dos princípios, falhará a Segurança.

1º Contar com o apoio efetivo da Alta Administração

Procedimento:

- Primar pela boa apresentação dos homens;
- Buscar sempre a eficácia dos serviços prestados;

- Confeccionar relatórios das atividades desenvolvidas;
- Ressaltar os benefícios do melhor serviço para a Organização;
- Manter e reavaliar Plano de Segurança adequado;
- Buscar entrosamento com os serviços especializados;
- Imbuir os homens da idéia de Segurança Empresarial;

2º Manter Pessoal qualificado

O homem executante deve possuir:

- Vigor físico;
- Elevado caráter moral;
- Coragem;
- Controle emocional;
- Lealdade;
- Ótimo observador;
- Facilidade de se comunicar;
- Ter conhecimentos sempre atualizados.

Cada executante deve ser treinado e fiscalizado para que se obtenha a boa qualidade do serviço.

O integrante da Segurança é diferente, no que se refere a:

- Ao ser admitido já possui autoridade para revistar, advertir, orientar os outros colaboradores;
- Usa uniforme para-militar, equipamento e armamento que o coloca em evidência, exigindo comportamento adverso dos demais.

Obs.: Qualquer falha do homem de segurança, representa uma gravidade maior do que nos outros colaboradores:

Sua Função exige:

- Conduta ilibada;
- Moral elevada;
- Atitudes estudadas;
- Ótima apresentação.

3º Desenvolver Treinamento Sistemático:

O treinamento é necessário para o conhecimento e a aprimoração das atividades exercidas.

Treinamento básico: Curso de Formação de Vigilantes (Portaria 992 de 25/10/95):

- Mensal, semanal ou quinzenalmente, deve ser dada instrução, como treinamento, que conste de:
- Importância da Segurança para a organização;
- Organização, regulamento, missão e disciplina da Segurança;
- Responsabilidade dos executantes;
- Uso do equipamento;
- Tiro, manutenção e emprego do armamento;
- Primeiros socorros;
- Relações Humanas (relacionamento inter-pessoal) de atendimento;
- Atuação em cada posto de serviço etc.;

Obs.: Independentemente do treinamento, o homem deve receber orientação sobre sua autoridade e responsabilidade, em qualquer momento oportuno.

4º Estabelecer cuidadosa Seleção

- Para o exercício das funções de Portaria, deve ser feito criterioso recrutamento e seleção.
- A seleção deve ser procedida por especialista: Psicólogo, Médico e pelo Chefe da Segurança.
- Para o exercício das funções de Portaria, deve ser exigido elevado índice de disciplina e de dedicação.

5º Manter rígidos padrões de moral entre os elementos:

Moral é o conjunto de normas ou costumes, não escritos, que o homem respeita, não porque tenha medo das sanções, mas porque algo no seu íntimo lhe diz se deve ou não fazer e se o fizer sentirá remorso.

- A manutenção da Moral deve ser preocupação constante, porque sem este clima, torna-se impossível um executante ser eficaz.
- Os sentimentos pessoais não devem influir nas suas atitudes.
- Surgirão ocasiões em que a paciência será solicitada ao máximo, e são nestas ocasiões em que será posto à prova o seu controle emocional.
- O uso obrigatório do uniforme exige uma sólida formação moral, porque está em evidência.
- O Homem de Segurança não deve ter a preocupação de agradar ou desagradar, e sim, deve cumprir as normas e procedimentos estabelecidos pela empresa quanto à Segurança.
- Sua vida particular influi no serviço efetuado, dentro da Empresa, por isto, deve cuidar muito de se manter equilibrado neste aspecto.
- A autoridade mais respeitada é a autoridade moral de cada um.
-

6º Criar a consciência de Segurança

Há necessidade de que tenham consciência do valor que representam e de que são profissionais.

Deve-se mostrar a eles:

- O sacrifício que suportam à noite, quando tudo é mais difícil, e a Administração não estar presente;
- A enorme responsabilidade que têm como guardiões do patrimônio da Empresa;
- A necessidade de possuir boa apresentação e de se saber comunicar condignamente com as pessoas;
- A importância de trabalhar em equipe, possuindo o sentimento do “nós”;
- A importância da Empresa para a comunidade;
- A necessidade de manter o entusiasmo pelo serviço de Segurança;

7º Valorizar o homem como profissional de Segurança:

1. O domínio das técnicas da segurança exige tempo e dedicação, pois é campo vasto e amplo, abrangendo aspectos bem diversificados e sutis, nem sempre percebido pelos empresários.
2. A formação o valoriza como profissional e como tal deve ser tratado. Por sua vez, o homem de segurança deve ter muito cuidado com seu comportamento e desempenho.
3. Deve-se exigir que, entre si, os homens se tratem como profissionais. Que se sintam orgulhosos de serem depositários da confiança da Direção da Empresa em que atuam.

CAPÍTULO II

Organização dos locais para o serviço de segurança

1. Portaria

Na Indústria deve ter o mínimo de Portarias, dependendo da extensão da área física da Empresa. A Filosofia de Segurança da Indústria está presente na Portaria e nos demais setores do Serviço de Segurança.

Existe a possibilidade.

- Das pessoas serem recepcionadas por recepcionistas e encaminhadas ao encarregado do controle.
- Das pessoas dirigirem-se diretamente ao Encarregado do Controle.
- Este Encarregado poderá contar com o apoio de um Vigilante, na Portaria.
- O controle da batida do cartão ponto, poderá estar nas Portarias.
- A Segurança Empresarial, devem ser apresentados os demitidos e admitidos para os devidos controles na Portaria.
- Podem ser colocados telefones públicos nas Portarias, para o uso dos empregados.
- Podem existir PORTARIAS específicas para o controle de visitantes.

2. Abertura e fechamento de portões

Em princípio, os portões permanecem fechados, sendo abertos mediante autorização do Encarregado do Controle da Portaria.

A abertura pode ser feita:

- Por Vigilante, manualmente;
- Por sistemas automatizados;

- Por controle remoto de uma central de circuito fechado de televisão.

3. Controle de entrada e saída de pessoas autorizadas

Em princípio, tem livre trânsito, sendo controlado o horário da entrada e da saída, anotado em formulário especial que diariamente é encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

No caso de algum Diretor chegar com alguém desconhecido, a Segurança deve anotar e procurar saber quem é. Não se afasta a possibilidade do Diretor ter sido assaltado no trajeto para a Empresa.

Quando a Empresa possui a filosofia ideal de Segurança, os Diretores avisam antecipadamente sua chegada com alguém.

4. Empregados da empresa

O controle pode ser feito:

- Visualmente, com a batida do cartão de ponto;
- Por crachás;
- Por circuito fechado de televisão;
- Por fotografias tiradas na hora; ou
- Pela leitura das impressões populares, da mão, feita pelo computador.

Quando os empregados são transportados em ônibus, cabe à segurança controlar a saída e a chegada destes ônibus.

Às vezes, os vestuários são próximos da Portaria, nestes casos, poder-se-á entregar à Segurança Empresarial o controle da troca de roupa dos empregados.

É princípio de segurança que não sejam introduzidos no interior da empresa, os pertences dos empregados como: sacolas, pastas, armas e similares.

5. Identificação dos empregados no interior da empresa

Pode ser feito:

- Pelos uniformes usados;
- Por crachás;
- Por capacetes ou
- Pelo emprego simultâneo destes meios.

6. Revista em pastas, sacolas, pacotes e similares

Nas Indústrias, onde é adotada esta revista, deve ser minuciosa na maneira de procedê-la. Em princípio, é imprescindível que a revista conste do Regimento Interno ou como Norma Escrita assinada pela Alta Administração.

Procedimentos

- Em qualquer dos casos, os empregados já devem apresentar suas pastas abertas para o Vigilante, pois o mesmo não conhece os segredos dos fechos das pastas e similares.
- A vista pode ser procedida pelo Vigilante nesta seqüência (dependendo da Filosofia de segurança adotada).
 1. Só olhar o interior da pasta ou sacola;
 2. Introduzir a mão até o fundo da pasta;

3. Procurar identificar se existe fundo falso; e
4. O empregado despeja o conteúdo da pasta ou sacola, à frente do Vigilante, numa mesa para a revista.

Regras gerais para revista em pastas, sacolas e similares:

- Ter cuidados especiais com pacotes com invólucro de papel próprio para medicamentos ou de supermercados;
- O Vigilante deve abster-se de conversar durante a revista;
- Alertar-se com garrafas térmicas e observar a maneira como são transportadas;

7. Revista pessoal

É a revista procedida na própria pessoa. Como já vimos tal procedimento deve constar no Regulamento Interno ou em Normas Escritas assinadas pela Direção.

A revista deve ser procedida em local reservado onde permanecem somente o revistador e revistados. Vale dizer que será procedida fora das vistas dos demais empregados.

Por isto, a Portaria deve ter condições ideais para esta revista, que deve ser procedida:

- Pelo Vigilante, se o revistado for do sexo masculino.
- Por Guardetes ou funcionária se a revista for do sexo feminino.

O revistador deve receber treinamento do responsável da segurança sobre os mínimos detalhes da revista dentro das normas da empresa.

Normalmente é submetido à revista pessoal o empregado que, ao apertar o detector elétrico, obtém luz vermelha.

É a denominada: “REVISTA POR AMOSTRAGEM”.

- O efeito é psicológico visto que o empregado não sabe qual o dia em que a luz vermelha acenderá para ele.

8. Controle de veículos, motoristas, acompanhantes e cargas

Tecnicamente, todos os veículos que entram e saem da empresa são revistados. Algumas empresas criam restrições na revista dos veículos, permitindo somente à revista nos veículos estranhos.

A revista em carros deve passar:

- Pelo seu interior;
- Pelo motor;
- Pelo porta-malas;
- Atrás do pneu reserva;
- Pelo porta-luvas;
- Atrás dos anteparos contra o sol;
- Em baixo dos pára-lamas do chassi e do capô.

A revista em caminhões deve passar:

- Pelos mesmos itens anteriores e mais;
- Pela caixa para a bateria e d'água do barril;
- Pelas longarinas de sustentação;
- Pela cabine do motorista e
- Demais lugares capazes de transportar algo.

A revista em ônibus deve passar:

- Pelos mesmos itens anteriores e mais;

- Por baixo dos bancos;
- Verificar bancos frouxos;
- Bagageiros e
- Demais lugares possíveis de transportar algo.

O controle dos motoristas compreende:

- Sua legalização para entrada na empresa como pessoa;
- Documento de identidade;
- Ligação do motorista como o veículo (esta comprovação visa afastar a hipótese do motorista ser assaltante do veículo);
- Autorização para o transporte da carga e/ou entrega na empresa.

O controle dos acompanhantes de motoristas compreende as mesmas medidas como para pessoas.

Para o caso de acompanhantes que não possuem identificação, procede-se conforme a Filosofia de Segurança da empresa, que pode ser:

- Simplesmente não entram;
- Os motoristas assinam um documento, na Segurança, responsabilizando-se pelo acompanhante.

O controle dos veículos dos funcionários compreende as seguintes normas;

- A Segurança Empresarial recebe da Direção a relação dos funcionários que poderão estacionar no interior. Haverá estacionamento próprio no interior da empresa, controlado pela Segurança;
- Os veículos têm registrado, na Portaria, horário de entrada e saída;
- A sinalização deste estacionamento é da Segurança Empresarial;

- Os veículos devem permanecer fechados e as chaves ficam com seus respectivos proprietários;
- O estacionamento de veículos na área física da Empresa e fora do interior administrativo é do controle e sinalização da Segurança Empresarial;
- Em caso de acidente entre veículos de funcionários nestes locais, cabe à Segurança Empresarial;
- Registrar o fato para conhecimento interno, como qualquer ocorrência;
- Orientar as partes, caso queiram registrar o fato do DETRAN.

Controle de cargas e materiais em geral.

O material vem via de regra, em veículos (caminhões, caminhonetes, carretas de carga e outros).

Em princípios, na empresa, deve existir estacionamento:

- Para os veículos dos funcionários;
- Para os veículos da Direção;
- Para os veículos de visitantes e
- Para os veículos com materiais.
- Motorista do veículo com materiais deve se dirigir à Portaria e não se aconselha que o Vigilante vá até ao veículo buscar a documentação.

O encarregado do controle de cargas verifica:

- Se houve pedido da carga por parte da empresa.
- Se existe condições do Almoxarifado receber a carga.

Só após a positividade destas providências é que se dá início a legalização da entrada do veículo.

Ao ingressar no Portão, o veículo é vistoriado pela Vigilância. Na balança (se for o caso) a carga é vistoriada pelo Encarregado do Controle.

Deste momento em diante o veículo e seus ocupantes passam a ser observados pela Vigilância.

Ao sair é realizado o processo inverso:

- Vistoria do Encarregado do Controle;
- Vistoria da Vigilância.

Caso a empresa tenha lugar apropriado para os motoristas e ajudantes, devem ser alertados que não podem se afastar daquele local. A Vigilância deve observar atitudes suspeitas do motorista e ajudantes.

Quando se tratar de veículos cujo motorista, venha buscar algo na empresa deve-se:

- Identificar motorista e ajudantes;
- Exigir a autorização do cliente para entrega do material ao motorista;
- Somente permitir a entrada, após consultado o órgão responsável pela entrega;
- O motorista deve comprovar a posse do veículo.

Depois de carregado o veículo com a carga, deve-se:

- Verificar se a carga está em segurança para a viagem;
- Legalizar a saída do motorista e ajudantes.

Cada veículo autorizado a entrar na Empresa deve portar um marcador de identificação com o dístico “AUTORIZADO”, o qual preferentemente é afixado no interior do veículo, podendo ser na parte central superior do pára-brisa, para não obstruir a visibilidade do motorista e para facilitar a identificação do veículo como autorizado.

9. Execução da segurança empresarial á noite

A grande maioria das empresas trabalha ou não à noite, fato que aumenta a responsabilidade da segurança. Mesmo que não exista atividade à noite, em algumas empresas, mesmo assim a segurança atua constantemente, preservando os bens patrimoniais.

O Serviço de Segurança à noite requer cuidados especiais por que:

- Existe muito menos visibilidade apesar da iluminação de proteção,
- As cores se modificam;
- As coisas parecem ser pouco maiores ou menores do que verdadeiramente o são;
- Encurta (diminui) o alcance da visão;
- O ser humano tende a ter mais lentidão e reações mais demoradas;
- Existe mais facilidade para as tentativas de invasão na área física;
- É grande a tendência para dormir, até que o organismo se adapte perfeitamente á troca do dia pela noite.

Precauções, á noite, na entrada e saída de pessoas

- Só entram as pessoas autorizadas, por escrito pela Direção;
- Os portões permanecem fechados, obrigatoriamente, dando passagem só para pessoas quando autorizadas;

- O atendimento deve ser feito por um Vigilante, enquanto o outro o apóia á distancia;
- Jamais dois Vigilantes deverá atender uma pessoa que peça socorro, a técnica diz que o segundo Vigilante deverá se desloca somente quando o primeiro o chamar.

Precauções, na entrada e saída de veículos a noite

- Estacionamento obrigatório fora dos portões;
- Contato pessoal do motorista com a Portaria;
- Entrada somente com a autorização escrita da Direção;
- Maior cuidado com veículos estranhos;
- Só permitir a entrada do veículo após cumprir todas as exigências;
- Revista no veículo em local bem iluminado e á altura da Portaria. A revista é procedida por um Vigilante munido de lanterna elétrica e apoiado pelo Vigilante que permanece na Portaria;
- Deve ser proibida a permanência de motorista durante a noite (pernoite) no interior da empresa;

10. Precauções na portaria

- Manter sempre um Encarregado e um Vigilante em Apoio;
- Manter um revólver extra em lugar acessível;
- Verificar se os telefones estão funcionando, caso contrário, providenciar o conserto;
- Atenção especial para com o claviculário, que deve permanecer fechado;
- Controlar os empregados que desejem sair para regressar;
- Impedir a permanência de pessoas estranhas á segurança, na portaria.

11. Precauções na ronda interna

- Verificar os aparelhos que devem ficar funcionando e os que devem ficar desligados;
- Examinar as áreas e pontos críticos;
- Controlar o pessoal de limpeza dos escritórios que normalmente pertencem à prestadoras de serviços;
- Inspecionar portas e janelas, lâmpadas acessas, etc.
- Fazer contatos telefônicos com a Portaria;
- Observar atitudes suspeitas de empregados e intervir, se for o caso.

12. Precauções na ronda perimetral

- Caminhar afastado da área perimetral de segurança;
- Percorrê-la em dupla quando estiver muito escuro ou com perigo pelo caminho;
- Dilatar o horário entre as rondas, quando estiver chovendo;
- Manter a lanterna elétrica em condições de ser utilizada;
- Não permitir agrupamentos no seu posto de serviço;
- Precaver-se contra picadas de insetos ou de animais peçonhentos.

13. Precauções no caso de vigilante em apoio à portaria

- Redobrar sua vigilância, permanecendo mais atento,
- Permanecer em seu posto, jamais deixar uma só pessoa na portaria, sempre devem estar dois, no mínimo;
- Apoiar o encarregado da portaria em qualquer de suas atividades;
- Apoiar sempre à distância;
- Revistar com maior atenção os veículos que estejam autorizados a entrar;
- Estender sua vigilância para além da portaria.

14. Normas para situações de emergência

Inundação

- Contar no plano de segurança, as medidas adotadas pela empresa;
- Estudo da prioridade de evacuação;
- O que deve ser retirado;
- Para onde deve ser levado o meio de transporte;
- Meio de transporte;
- Cuidados especiais no transporte;
- Estudo da viabilidade de um sistema contra inundação;
- Providências caso a água atinja motores, máquinas ou geradores de energia elétrica.

Descargas estáticas

- Previsão de pára-raios (se for o caso);
- Previsão de providências em caso de incêndio provocado por raios;
- Prováveis precauções em caso de tormentas com raios;
- Desligamento de máquinas atingidas ou mais prováveis de serem atingidas.
- Saber qual a área física protegida pelo pára-raios.

Corte de energia

- Verificar se o problema é da empresa ou da fornecedora;
- Se for da empresa, alertar a manutenção e comunicar á administração;
- Se for da fornecedora, procurar informar-se da causa e da hora provável de retorno na energia. Avisar a administração.

Obs.: Manter plano prevendo o que deve ser feito se o retorno for por longo tempo.

Falta de água potável ou industrial

- Fazer constar no Plano, qual e providência adotada pela empresa;
- Verificar a causa: se da empresa ou da Fornecedora;
- Se for da empresa, alertar a Manutenção para as imediatas providências;
- Se for da Fornecedora, avisar a Manutenção para uma ação imediata;
- Sempre avisar á Administração da Empresa;
- Providenciar sempre para que os setores essenciais mantenham-se abastecido de água;
- Plano para o caso de longa espera.

Não comparecimento coletivo ao refeitório

- Guarnecer discretamente o Refeitório, nas horas de refeição;
- Salvar aqueles que resolveram alimentar-se na empresa;
- Contatar com a administração durante a operação;
- Colher informações, visando saber da extensão do movimento e de suas causas;
- Intensificar a ronda interna.

Rixas e lesões corporais

São crimes cujas medidas devem seguir a orientação da empresa: a decisão pode ficar no âmbito da Empresa e/ou pode ser registrada a ocorrência na Delegacia de Polícia do Município, pelas partes.

Providências:

- Detectar as causas e impedir a repercussão;
- Propor a demissão dos contendores, se for o caso.

Lesão corporal: Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Rixa: é a luta entre mais de dois contendores.

A identificação de pessoas servirá para autorizar o acesso, uma vez comprovado os requisitos pré-estabelecidos pela Diretoria ou Gerência de Segurança.

CAPITULO III

CONTROLE DE ACESSO

Os sistemas de Controle de Acesso nasceram diante da necessidade de se limitar o acesso de pessoas e materiais a um recinto, de acordo com os critérios previamente estabelecidos. A finalidade principal da identificação é autorizar ou não o acesso em áreas restritas. O principal objetivo de um sistema de controle de acesso é identificar as pessoas que pretendem acessar a um recinto e impedir o acesso das não autorizadas. Uma vez definido o objetivo, deveremos definir as distintas áreas de acesso que queremos controlar e os grupos de pessoas que existem e que deveremos controlar. A concepção de controle de acesso é muito ampla. Estudaremos a seguir, alguns meios de controle.

Com o advento da terceirização, da diminuição da mão de obra própria nas grandes empresas e o avanço tecnológico, houve a necessidade de se controlar os acessos e periferias, se estabeleceu que uma Unidade Central de Controle – UCC, controlaria além dos acessos, a periferia e as áreas restritas, através de um sistema de circuito fechado de televisão - CFTV e sensoriamento.

1. Meios Existentes

Cartões:

- Banda Magnética (sistema binário);
- Óptica (normal infravermelho);
- Circuito elétrico (pouco utilizada);
- Ativa de proximidade (chip no interior)

Para a proteção perimetral, o mais utilizado é o sensor infravermelho ativo, conectado ao sistema de CFTV. Voltando ao controle de acesso, verificaremos algumas maneiras e equipamentos utilizados com a finalidade de realizar o efetivo controle.

Antes:

Anotação em formulário próprio do nome, identidade, a quem o visitante visitaria, hora de entrada e saída.

Nesta época, havia inclusive a disfunção, pois eram utilizados os agentes de segurança e vigilantes para realizar este serviço.

Hoje:

A tecnologia está andando tão rápido quanto a luz, pois hoje, já existem leitoras de íris, não tem muito tempo, tínhamos a leitora digital ou palmar (leitura das impressões digitais).

Atualmente, nas recepções das grandes empresas vemos catracas que são liberadas para o acesso de pessoas, após a passagem de um cartão tipo código de barras ou de proximidade.

Catracas essas que podem ser unidirecional ou bidirecional, que após passar o cartão (código de barras) ou apresentá-lo a leitora de proximidade, lhe é dado o acesso.

Para a saída, principalmente dos visitantes, nas catracas, são instaladas as caixas coletoras que têm a finalidade de recolher os cartões e liberar por completo a saída do visitante.

Neste tipo de controle, temos ainda os botões de pânico ou botões de emergência, que ficam nas mãos das recepcionistas ou dos auxiliares de portaria, este botão tem por finalidade a qualquer momento de emergência acionar a Unidade Central de Controle - UCC. Normalmente é interligada a câmera existente no setor, além do alarme, prioriza a imagem do ponto alarmado.

Existe ainda um outro tipo de controle de acesso, muito utilizado pelos bancos que são as portas giratórias ou eclusas, com portais detectores de metais. Este tipo de controle também deverá estar conectado a um sistema de CFTV. Vemos então que a catraca com cartão de proximidade mais as portas giratória e eclusas, são na atualidade as barreiras físicas mais utilizadas para controlar os acessos.

2. Controle de Acesso de Materiais

Com a preocupação de evitarmos que os executivos da nossa empresa sejam pegos de surpresa por uma encomenda (caixa ou envelope bomba) devemos ter o cuidado de determinar uma recepção contendo um equipamento de RX- detector de metais.

3. Controle de Acesso de Mercadorias

De forma genérica, podemos dizer que estes sistemas pretendem identificar mercadorias cuja entrada e a saída a um recinto não se deva permitir. Normalmente, pretendemos evitar a entrada de mercadorias consideradas perigosas:

- Metais (armas, cartas-bomba);
- Explosivos;
- Material radioativo; e
- Drogas.

Obs.: Estas mercadorias podem ser camufladas de forma totalmente imprevista em: Livros, lanches, flores, etc.

Os sistemas de identificação de mercadorias perigosas são:

- Automáticas
- De observação por RX;
- Eletromagnéticas;
- Rádio frequência.

Automáticas:

- Metais: arcos detectores;
- Detectores portáteis; e
- Detectores de cartas explosivas.

Explosivos:

- Analisador de vapores;
- Analisador térmico;

Observação por RX:

- Cabines de observação direta;
- Scanners;

Etiquetas anti-furto:

- Eletromagnética
- Rádio frequência

CAPITULO IV

AUDITORIA NA SEGURANÇA

A literatura coloca que, auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis dele decorrentes. Os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários em cada circunstância para obter elementos de convicção, com o objetivo de comprovar se os registros contábeis foram executados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e se as demonstrações contábeis dele decorrentes, refletem adequadamente a situação econômica financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e outras situações neles demonstrado.

Muito embora os auditores internos se prestem a melhorar a confiabilidade das informações contábeis e dos sistemas de controle interno, os relatórios e processos por eles emitidos têm sua utilidade limitada à administração interna da companhia, uma vez que não dispõem de característica fundamental da independência. Como muitas companhias têm necessidade de um relatório e de um parecer de auditoria devido a interesses externos, tais como acionistas credores ou legislação, nada mais correto do que a obtenção de um relatório e parecer externo de pessoal independente e não influenciável pela administração da companhia.

Dentro das limitações de seu objetivo, o auditor deve estar atento à possibilidade de irregularidades, bem como procurar dar sugestões de melhoria dos controles internos e de planejamento fiscal adequado com possíveis economias de impostos.

A auditoria deixou de ser, para as entidades, e especialmente para empresas da atualidade, apenas mais um instrumento criado pela administração para aumentar seus controles sobre o pessoal administrativo. Atualmente é meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para os investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais.

Um dos fatores necessários para que a segurança da organização funcione como planejada é a revisão periódica. Quando é realizada a implantação do plano de segurança, seja por utilização de meios tecnológicos, humanos ou ambos, a organização possui uma determinada situação ou realidade. Com o passar do tempo, as coisas mudam, mas as alterações nem sempre são lembradas numa atualização dos processos e procedimentos de segurança, emergência ou contingência. Essas mudanças são geralmente decorrentes de alterações de arquitetura, de espaço da organização, abertura de novas filiais, expansão ou retração dos negócios, mudanças físicas, mudanças tecnológicas, alterações na arquitetura de redes de comunicação ou de plataformas de sistemas, ampliações de fabricas e depósitos ou até mesmo de mudança do foco do negocio. Muitas vezes os gerentes de segurança, próprios ou terceirizados, se envolvem tanto com o dia-a-dia, que não têm tempo para reavaliar a situação do planejamento original. Muitos recorrem a pessoal externo, normalmente consultores para realizar auditorias. Esta pratica é saudável, primeiro porque garante a atualização e efetividade dos planos existentes. Depois, por se tratar de um profissional isento, com uma visão crítica mais adequada. No entanto, cumpre ressaltar a importância da escolha de um profissional qualificado para esta missão. Para não cair em mãos erradas, podendo o resultado ser desastroso ou ineficaz.

ITEM PRINCIPAL	ASPECTOS A AVALIAR
1. Segurança Física das Instalações	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos Construtivos; • Manutenção e Conservação; • Instalações elétricas, hidráulicas, ar-condicionado, salas de maquinas, tanques de combustível, no-breaks e geradores, iluminação de emergência; • Limpeza e higiene; • Proteção contra surtos, raios e dano elétrico; • Iluminação periférica e interna; • Muros, cercas e divisas; • Verificação de existência de riscos internos e externos; • Controle de acesso a ambientes restritos; • Procedimentos de armazenamento de valores; • Gerenciamento de chaves e outros.
2. Visitantes, Usuários e Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de Portarias e estacionamento; • Processos de autorização, identificação, registro e agendamento prévio de visitantes; • Programação visual e sinalização; • Acompanhamento em áreas restritas e outras.
3. Segurança contra fogo, plano e emergência e proteção à pessoa e ao meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Desobstrução e sinalização de rotas de fuga; • Existência e treinamento de brigada de incêndio; • Treinamento em primeiros socorros; • Equipamentos adequados, bem localizados e desobstruídos; • Proteção de Executivos VIP's e familiares; • Saúde e Medicina do Trabalho, CIPA; • Meio ambiente, ameaças e tratamentos de efluentes; • Coleta seletiva; • Documentação e registro.
4. Meios humanos e tecnológicos da Segurança.	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal em número adequado e treinado; • Equipamento adequado, com boa qualidade de instalações, corretamente técnica e eficácia comprovada; • Procedimentos de emergência bem definidos, documentados e treinados.

<p>5. Proteção à informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de acesso a aplicações em computadores; • Sigilo e segurança de senhas; • Procedimentos de contingência e recuperação; • Rotina de backup de arquivos e guarda das cópias de segurança; • Instalações de informática, qualidade, adequação e acesso; • Regras de classificação de informações; • Proteção a informações vitais (formulas, etc.); • Controle sobre distribuição e posse de documentos confidenciais; • Tratamento do lixo; • Procedimentos de antivírus, firewall, Internet, Intranet e Extranet e regras de e-mail pessoais.
<p>6. Rotinas de Recursos Humanos e Contratações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos na admissão de funcionários; • Antecedentes; • Contratos especiais para níveis de sigilo comercial; • Procedimentos de desligamento; • Investigação social para casos especiais; • Concessão e recolhimento de crachás funcionais; • Processos de terceirização, verificação de documentação e credenciamento de prestadoras; • Condução de processos de “due dilligence” para empresa em fase de credenciamento.
<p>7. Logística e Gerenciamento de riscos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de carga e descarga; • Frete primário e secundário; • Controle sobre áreas confinadas; • Análise dos transportadores e meios empregados; • Análise das ocorrências mais freqüentes; • Furto ou roubo de carga ou mercadorias em estoque; • Procedimentos de inventário e tratamento das diferenças; • Meios tecnológicos e procedimentos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação periódica dos prestadores de serviço e respectivo treinamento do pessoal;

8. Rotinas internas da área de segurança	<ul style="list-style-type: none">• Definição das políticas e missão da área;• Manuais, normas e procedimentos;• Registro de ocorrências e estatísticas.
--	--

Auditoria Externa

A Auditoria Externa consiste no exame das demonstrações financeiras feitas com o propósito de expressar uma opinião sobre a propriedade com que as mesmas apresentam a situação patrimonial e financeira da empresa e o resultado das operações no período do exame. Sendo exercida por Contadores Independentes ou equivalentes (Empresas de Auditoria), sua atividade é regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários através da instrução número 216 de junho de 1994.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é definida segundo o Instituto de Auditores Internos de New York como a *atividade de avaliação independente dentro da organização, para a revisão de contabilidade, finanças e outras operações, como base para servir à administração. É um controle administrativo, que mede e avalia e verifica a eficiência de outros controles.* A função da auditoria interna é assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, fornecendo-lhe análises, avaliações, recomendações e comentários sobre as atividades auditadas.

A definição acima demonstra que a atividade do auditor interno, apesar de voltada para administração da empresa, é muito mais abrangente que a atividade do auditor externo, mesmo este podendo prestar outros serviços a seus clientes, até como forma de agregar valor a sua atividade, sua função primordial é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

A atividade de Auditoria Interna é exercida por funcionários da empresa, sendo que a formação acadêmica destes funcionários é diversa, desde que atendam as necessidades da empresa.

Os auditores internos são "regulamentados" pelo regime interno da empresa onde trabalham.

Quadro Comparativo

Auditoria Interna	Auditoria Externa
1. A auditoria é realizada por um funcionário da empresa.	• A auditoria é realizada através da contratação de um profissional independente.
2. O objetivo principal é atender as necessidades da administração.	• O objetivo principal é atender as necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.
3. A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para desenvolver aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas, sem estar restrito aos assuntos financeiros.	• A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras.
4. O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa.	• O trabalho é subdividido em relação às principais contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado
5. O auditor diretamente se preocupa	• O auditor incidentalmente se preocupa

com a interceptação e prevenção de fraude.	com a interceptação e prevenção de fraude, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras.
6. O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém subordinado às necessidades e desejos da alta administração.	<ul style="list-style-type: none"> • O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental.
7. A revisão das atividades da empresa é contínua.	<ul style="list-style-type: none"> • O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras é periódica, geralmente anual.

Levantamento de Fraudes

Auditoria Externa

O auditor externo deve examinar as demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas; portanto, não é seu objetivo principal detectar irregularidades (roubos, erros propositais etc.), mas essas podem vir a seu conhecimento durante a execução do serviço de auditoria. Se o auditor externo fosse dirigir seu trabalho no sentido de detectar irregularidades, o preço de seu serviço seria muito alto; mesmo assim, ele não poderia assegurar-se de que todas as irregularidades foram descobertas, devido ao fato de que é muito difícil detectar irregularidades não registradas (como, por exemplo, o contador da empresa recebe

uma comissão por fora e a nota fiscal de compra sai pelo valor correto), roubos em conluio etc.

Auditoria Interna

A prevenção e a descoberta de fraudes devem repousar, principalmente, sobre a confiança inspirada por um sistema contábil adequado e um controle interno apropriado, que constituam uma proteção, para a organização, contra as fraquezas humanas e também causem um efeito desencorajador sobre os empregados.

Rotinas de verificação e revisão são características de um bom controle interno, que reduzem a possibilidade de que erros ou tentativas fraudulentas permaneçam encobertas por muito tempo e permitem à administração possuir maior confiança na adequação dos dados.

Cabe a auditoria interna, testar os controles internos e identificar os possíveis erros e deficiências existentes e apontar soluções.

Sigilo Profissional

Cumprе ressaltar que durante a execução do serviço de auditoria, o auditor tem acesso a muitas informações confidenciais da empresa (salários, sistema de apuração de custos, sistema de produção, política de vendas etc.). Como qualquer outro profissional, o auditor deve manter sigilo destas informações, mesmo dentro da própria empresa. Como medida de sigilo profissional, o auditor não deve permitir que terceiros tenham acesso aos seus papéis de trabalho sobre a empresa.

CAPÍTULO V

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

1. SEGURANÇA OSTENSIVA

Segurança ostensiva é aquela que deve ser vista por todos, daí ser executada por vigilantes fardados.

Procedimento no posto de serviço:

- Manter postura estudada;
- Permanecer atento e alerta;
- Zelar pela apresentação Pessoal;
- Manter o revólver no coldre;
- Sempre que possível, colocar as mãos para trás;
- Saber sentar-se quando o posto de serviço permitir;
- Manter semblante tranqüilo;
- Transmitir segurança pela sua simples presença;
- Prestar informações ou equacionar o pedido de informações junto a quem possa prestá-las;
- Conversar só oficialmente;
- Usar o bom senso em todas as ocasiões;

2. COMO EFETUAR A SEGURANÇA VELADA

Segurança velada é aquela que não deve ser identificada e que não deve ser notada. É a Segurança discretamente exercida.

Procedimento:

- Vestir-se de comum acordo com o ambiente onde atuará;
- Proceder com muita naturalidade;
- Comportar-se como um cliente qualquer;
- Observar sem transparecer que estar sendo observado;

- Saber observar: pessoas, suas vestes, cor, rosto, gestos, suas particularidades.

Ao observar verifique e grave bem como são as características da pessoa:

- Os cabelos;
- A testa;
- Os olhos;
- O nariz;
- As faces;
- As orelhas;
- A boca;
- Os lábios;
- Os dentes;
- O queixo;
- A barba;
- O bigode;
- As sobrancelhas;
- Os sinais visíveis;
- As cicatrizes;
- Os defeitos e outras particularidades.

Observação de pessoas é:

- Notar
- Reparar
- Ver
- Atentar para alguma coisa
- Examinar para estudo

- Olhar com atenção

O método, mais eficaz e prático é o da fisionomia:

- Para lembrar melhor e por mais tempo uma fisionomia, comece a observar pelo cabelo da pessoa até o queixo, como se fosse uma lista de checagem.

3. COMO OBTER O PERFIL PADRÃO DO VIGILANTE:

Será importante que as Empresas do Grupo guiem-se pelo perfil padrão:

Características Intelectuais:

- Escolaridade;
- Inteligência;
- Raciocínio;
- Atenção;
- Percepção;
- Cordialidade;
- Coragem;
- Comunicação;
- Controle emocional

Características Comportamentais:

- Pontualidade;
- Assiduidade;
- Interesse pelo serviço;
- Zelo com o material;
- Espírito de equipe;
- Obediência às Normas;

Características Profissionais:

- Experiência anterior ou não;
- Responsabilidade no serviço;
- Respeito em geral;
- Motivação para o serviço.

4. DICAS QUE AUXILIAM NO COMBATE A ASSALTOS E SEQÜESTROS.

Em veículos

- Trave as portas assim que entrar no veículo;
- Não pare no trânsito, colado em veículo a sua frente, nem estacione com distância que dificulte as manobras para saídas em caso de emergência;
- Nos semáforos, principalmente à noite, procure parar longe das calçadas e utilize sempre os retrovisores, visando perceber a aproximação de pessoas suspeitas, atrás do veículo;
- Utilize sempre oficinas credenciadas ou de sua inteira confiança para sanar os defeitos do veículo, bem como postos de lavagem;
- Não demore nem permaneça em veículo estacionado;
- Mantenha seu veículo com os vidros fechados e portas travadas;
- Ao aproximar dos semáforos à noite, procure reduzir a velocidade, até que este se abra para sua passagem, evitando parar o veículo;
- Procure transitar sempre por ruas movimentadas e bem iluminadas;
- Ao estacionar seu veículo, ainda que seja por um minuto, levante os vidros, tranque as portas, porta-malas e apanhe rapidamente os pertences que sairão do veículo;

- Procure sempre estacionar em locais visíveis e que tenham constante movimentação de pessoas;
- Nos pontos de estacionamentos de ruas, avenidas e logradouros, não entregue as chaves do veículo, para pessoas desconhecidas efetuarem pequenas manobras ou permanecerem "vigilando";
- Ao chegar à residência ou trabalho, observe o local e nunca deixe o veículo fora da garagem;
- Procure não deixar pertences ou bolsas dentro do veículo, bem como aparelhos de som, pois podem despertar curiosidade;
- Procure organizar todas as tarefas que sejam necessárias à utilização de veículos reduzindo os deslocamentos, principalmente os noturnos;
- É melhor pagar um estacionamento, mesmo por tempo reduzido, do que correr o risco de assalto ou furto do veículo.

Dicas pessoais

- Reduza o número de cartões de crédito, talões de cheques e valores financeiros, quando em deslocamentos a pé ou motorizado;
- Em casa, no trabalho, no veículo ou em qualquer outra hipótese, jamais reaja ao assalto, fique calmo, procure não realizar movimentos e se for realizá-los, avise antes;
- Estatísticas mostram que mais de 80% de pessoas que reagiram a assaltos, acabaram morrendo;
- Não fique olhando o agressor, mas, discretamente, quando possível, tente memorizar suas características: altura, voz, cor, cabelo, marcas no corpo e também o veículo utilizado;
- Nunca utilize os terminais de caixa eletrônico à noite, bem como, procure utilizar os terminais do próprio órgão;

- Cuidado no interior de bancos e caixas eletrônicos com esbarrões e conversas com estranhos, pois pode ser um sinal para os assaltantes que estão do lado de fora da agência;
- Não aceite ajuda de estranhos para efetuar saques, depósitos ou qualquer outra operação bancária, lembrando que sua senha é pessoal e intransferível;
- Usar no deslocamento pessoal, bolsas menores, colocando a mesma à frente do corpo, pois dificulta a ação do infrator;
- Ao sair de uma agência bancária, terminal de saque ou do interior de comércio tenha seus pertences, bolsas e carteiras devidamente guardadas, evitando chamar a atenção;
- Cuidado com o golpe da perda de documentos, bolsas ou valores diversos, quando a suposta vítima tenta atrair sua atenção, para conseguir o seu objetivo.

5. REGRAS DE COMO PROCEDER NO LOCAL DE TRABALHO E EM CASA

- Fique atento a pessoas ou veículos estranhos nas proximidades e redondezas;
- Mudar sempre as rotas de deslocamento;
- Manter constantemente o ambiente interno e externo iluminado, inclusive verificando a iluminação pública das proximidades do local de trabalho;
- Manter acesso fácil dos números de telefones da Polícia Militar e Polícia Civil;
- Ter conhecimento do Distrito Policial, do Batalhão de Polícia Militar e do Posto de Policiamento Comunitário da área, fazendo contato com seus efetivos, que poderão solucionar ou amenizar os problemas ora existentes;
- Pesquisar antecedentes de novos funcionários, principalmente os temporários, bem como, com familiares e amigos destes, que freqüentam o ambiente de trabalho e manter arquivo de dados dos funcionários, principalmente os demitidos;

- Não utilizar telefones para transmitir ou receber informações que possam despertar interesse em assalto;
- Ter no local de trabalho, telefone que possa ser utilizado em situações de emergência;
- Procure ter amizades com vizinhos confiáveis, formando um grupo de vigilância constante;
- Ter o devido cuidado com instalações físicas e terrenos desocupados, próximo ao local de trabalho ou residência;
- Ligue sempre que necessário para a Polícia, ela está ao seu alcance e a cada dia, melhor qualifica seus efetivos para lidar com as diversas modalidades de crimes.
- Só receba pessoas conhecidas, todavia em caso de desconhecidos oriente seus funcionários para proceder à identificação;
- Varie os horários de chegada e saída;
- Instale cortinas nos ambientes de trabalho;
- Dotar a residência de sistema de alarme, que possa ser acionado de maneira discreta;
- Desconfiar de pessoas que estejam entregando encomenda não previsto;
- Não deixe anotações e nem esconda as chaves fora de casa.

6. REGRAS DE COMO PROCEDER EM AMBIENTES SOCIAIS.

- Evite rotinas, use locais alternados;
- Sente em uma posição dominante;
- Saiba onde ficam as saídas de emergência;
- Não sente perto dos corredores e portas de entrada;
- Cumprimente e despeça-se dentro do estabelecimento, e então parta rapidamente;
- Em casas noturnas estar sempre cercado por pessoas conhecidas.

7. REGRAS DE COMO PROCEDER DIANTE DE UM ASSALTO OU COMO REFÉM.

- Não reaja;
- Evite movimentos bruscos;
- Obedeça a ordem dos infratores, sem esboçar resistência;
- Não tente negociar, deixe para a polícia tal tarefa, pois a atividade em questão é extremamente técnica e as Polícias Militar e Civil possuem profissionais capacitados para realizá-la.

8. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS EM RELAÇÃO AOS FILHOS

- Saber sempre onde estão e o que estão fazendo, assim como a hora provável de chegada;
- Orientá-los para que não aceitem caronas de estranhos;
- Não aceitar presentes de estranhos (brinquedos, bolas etc.);
- Procurar permanecer em locais de movimento de pessoas;
- Procure conhecer as amizades de seus filhos;
- Treinar os filhos menores ao utilizar o telefone, principalmente quanto as informações repassadas;
- Evitar retornar sozinho para casa.

9. DICAS DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO.

Pedestres

- Andar sobre a calçada destinada a pedestre, na ausência desta, ande o mais próximo possível do acostamento, sempre no sentido contrário ao da circulação dos veículos;

- Ao caminhar em companhia de crianças, coloque esta no lado interior da calçada. Quando não houver calçada, mantenha a criança do lado interno do acostamento. Sempre a segurando pelo braço;
- Evite brincadeiras no leito das vias, ou seja, no meio da rua, ou então andar e/ou permanecer em grupos no meio destas;

Ao atravessar uma rua ou uma avenida adote o seguinte procedimento:

- Sempre que possível atravesse a via nas faixas destinadas aos pedestres. Caso não haja faixa de travessia, atravesse próximo de onde houver sinalização semafórica;
- Onde não houver sinalização semafórica procure atravessar próximo ao cruzamento, o mais perto possível da esquina, preferencialmente utilize a faixa de pedestre, quando houver;
- Não havendo sinalização semafórica nem faixa de pedestre procure atravessar a via em linha reta no sentido perpendicular a sua borda (calçada, acostamento ou meio fio);
- Antes de atravessar olhe para a esquerda, depois para a direita e logo em seguida para a esquerda novamente. Só atravesse com segurança;
- Atravesse a via andando calmamente. Não corra nunca, pois poderá tropeçar e cair;
- Nunca atravesse a via saindo rapidamente por trás ou pela frente de um veículo estacionado.
- Evite cruzar ou atravessar as vias sobre pontes, viadutos, túneis, aclives ou declives (ladeiras), exceto onde houver permissão;

Ao utilizar o transporte coletivo, somente suba ou desça do veículo quando este estiver devidamente parado;

- Ao descer do ônibus, nunca atravesse a via por trás ou pela frente deste, pois os demais motoristas poderão ao perceber sua entrada na via, deixe o ônibus sair então atravesse com segurança;
- Ao caminhar nas vias conduzindo animais procure sempre manter estes sob o seu controle, segurando-os com cordas ou correntes apropriadas;
- Em dias chuvosos use sempre roupas claras e dê atenção diferenciada a seu calçado, pois a pista se torna escorregadia e um calçado inadequado poderá contribuir para um acidente;
- Nunca permita que crianças abaixo de sete anos andem sozinhas pelas vias terrestres. De modo similar não permita que pessoas com alguma deficiência física ou psicológica, que comprometa sua segurança no trânsito, andem sozinhas pelas vias terrestres.

Ciclistas

- Conduza sua bicicleta na mesma mão de direção dos demais veículos, o mais próximo possível do bordo da via (calçada acostamento ou meio fio);
- Use sempre roupas claras para que os demais condutores possam vê-lo com mais facilidade;
- Equipe sua bicicleta com retrovisores direito e esquerdo, alerta sonoro, catadióptricos (olho-de-gato na parte frontal, lateral e traseira);
- Procure manter seu veículo (Bicicleta) sempre em boas condições de uso: freios, pneus, rolamentos, corrente, coroa e catraca;
- Evite usar seu veículo para exibir manobras perigosas nas vias públicas (Andar com uma das rodas) ou outras brincadeiras, este comportamento põe em risco a sua segurança e a dos outros usuários das vias;
- Ao andar em grupo, procure manter as bicicletas sempre uma atrás da outra, em fila indiana;

- Respeite a sinalização de trânsito e os pedestres, bem como os demais veículos, pois disto depende sua vida;
- Sempre que possível utilize capacete e óculos de proteção;
- Não circule sobre calçadas, passeios públicos ou outros locais destinados exclusivamente para pedestres;
- Antes de realizar manobras de conversão para a direita ou esquerda, verifique se não há outros veículos ou pedestres que estejam com a preferência de passagem.

Motociclistas

- Use sempre o capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e com a “jugular” devidamente fixada, você e o garupa;
- Use roupas claras, para que os demais condutores possam vê-lo com mais facilidade;
- Utilizar o farol aceso em todos os seus deslocamentos;
- Evite conduzir motocicleta descalço ou de sandálias. Use sempre calçado fechado: tênis, sapatos ou botas;
- Respeite as leis e a sinalização de trânsito;
- Procure andar sempre na pista da direita e dentro do ângulo de visão do motorista a sua frente;
- Evite ultrapassar veículos pela direita ou pelo acostamento;
- Nunca pare ou estacione atrás de veículos de grande porte, principalmente em aclives acentuados;
- Evite ficar “costurando” entre os demais veículos ou exibindo manobras perigosas;
- Sinalize todas as manobras de conversão, parada, estacionamento e ultrapassagem;
- Durante a noite e dias chuvosos reduza à velocidade e redobre a atenção;

- Nunca consuma bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes ou remédios calmantes antes de conduzir sua motocicleta. Quando estiver sob efeito de alguma dessas substâncias, ou não se sentir bem, não dirija seu veículo.

Automóveis, ônibus e veículos de carga

- Respeite as leis e a sinalização de trânsito. E acima de tudo respeite a vida;
- Mantenha seu veículo sempre em boas condições de uso e circulação, fazendo periodicamente a revisão de 1º escalão dos equipamentos obrigatório;
- Use sempre o cinto de segurança, você e os demais ocupantes do seu veículo;
- Em dias chuvosos ou sob forte cerração, reduza a velocidade, acenda os faróis e redobre a atenção;
- Nunca pare ou estacione seu veículo no leito da via, em locais proibidos pela sinalização de trânsito ou locais de grave risco de acidente;
- Ao dirigir, não consuma bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes, elas reduzem os reflexos e prejudicam a coordenação motora, aumentando assim o risco de acidentes;
- Respeite a preferência dos demais usuários das vias, lembrando que o veículo maior é responsável pelo menor e todos são responsáveis pelo pedestre;
- Antes de sair, verifique além dos equipamentos obrigatórios do veículo, os documentos de porte obrigatório (CNH e CLA), para evitar maiores transtornos;
- Evite realizar nas vias públicas manobras perigosas “cavalo de pau”, pegadas e rachas, sem a devida autorização da autoridade de trânsito;
- Estabeleça, antes de sair, um itinerário para o seu deslocamento, considerando as condições do tempo, o horário, a via, e possíveis alterações no fluxo normal do trânsito, para que você tenha um deslocamento tranquilo e seguro, levando em conta o seu bem estar e não a sua pressa.

Obs.: Não existe segurança infalível e 100%, porém as ações preventivas de segurança contribuem para que os delitos não aconteçam.

CONCLUSÃO

As empresas privadas de um modo geral e até as instituições públicas tem buscado muito a redução custo x benefício. As despesas tidas com segurança deixaram de ser custos para representarem investimentos e, como tal, exigem um retorno positivo.

As instituições financeiras são obrigadas a manter vigilância ostensiva em suas unidades (Lei 7.102/83), já com as indústrias isto não ocorre. Existem várias exigências quando a mesma possuir um quadro orgânico, mas a partir do momento que terceiriza ou extingue a função, deixa de ter ou repassa à terceirizada as questões burocráticas de atendimento à portaria 992 de 25/10/1995.

O mercado atual disponibiliza inúmeras ferramentas, com as mais diversas funções. Tratando-se do foco segurança, a parte eletrônica tem sido bastante utilizada pelas organizações, vez que supre as falhas humanas desde que bem operacionalizadas.

Sendo redução de custos, otimização dos recursos existentes, satisfação do cliente palavras que regem o atual mercado global, não há dúvidas que o segmento de segurança siga a mesma linha, cabendo ao profissional que atua no setor promover soluções que atinjam os seus objetivos, baseado na relação CUSTO x BENEFÍCIO.

Nota do Autor

Sem avaliar o mérito da questão, salienta-se que o trabalho fora elaborado com base em vivências e experiências profissionais, bem como o aprendizado emprestado por mestres da matéria.

Referências Bibliográficas

ATTIE, William – Auditoria: Conceitos e Aplicações, São Paulo – Ed. Atlas – 2ª edição.

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro - Planejamento da Segurança Patrimonial. São Paulo 1999.

GIL, A. L. – Segurança Empresarial e Patrimonial. São Paulo, 1995.

IPONEMA, L. O chefe de segurança patrimonial. Porto Alegre, 1991.

IPONEMA, L. A segurança patrimonial e suas técnicas. Porto Alegre, 1986

MUSUMECI, L. Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações do PNAD. São Paulo, 1998.

MAUTZ, R. K. – Princípios de Auditoria São Paulo – Ed. Atlas – 4ª edição.

PERES JUNIOR, José Hernandez – Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos, São Paulo – Ed. Atlas – 1995.